



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2007/2008**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, que entre si fazem, de um lado representando os Empregadores, o **SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MARINGÁ E REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF. nº 77.266.146/0001-08 e registro no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº 313.432/1976, representado pelo seu diretor-presidente, e, de outro lado, representando os Empregados, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MARINGÁ**, inscrita no CNPJ/MF. nº 79.147.799/0001-01 e registro no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº 203.065/1957, representado pelo seu diretor-presidente, todos abaixo assinados, devidamente autorizados pelas respectivas Assembléias Gerais das categorias econômica e profissional, têm justo e contratado firmar a presente **Convenção Coletiva de Trabalho**, na forma que abaixo se declara:

Cláusula 1ª - DA ABRANGÊNCIA. A presente Convenção abrange todas as empresas do comércio varejista, representadas pelo **Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região (SIVAMAR)**, e a todos os empregados representados pelo **Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá (SINCOMAR)**, em suas respectivas bases territoriais.

Cláusula 2ª - DO REAJUSTE SALARIAL. As empresas corrigirão os salários de seus empregados que percebam salário fixo acima do piso salarial, a partir de 1º de junho de 2007, no percentual de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) aplicado sobre os salários devidos no mês de junho de 2006, já reajustado na forma da Convenção Coletiva de Trabalho anterior, compensados todos os aumentos e antecipações salariais concedidos, com exceção dos decorrentes da Instrução Normativa nº 04 do TST.

Parágrafo primeiro. Os empregados que percebem piso salarial da categoria não terão o reajuste tratado no *caput*, sendo que o salário dos mesmos observará o previsto na cláusula 3ª.

Parágrafo segundo. Os empregados admitidos após 1º de junho de 2006, terão seus salários corrigidos proporcionalmente ao tempo de serviço, conforme tabela abaixo, observado também o disposto no parágrafo terceiro desta cláusula:

Mês de Admissão	Índice Acumulado	Mês de Admissão	Índice Acumulado
junho/2006	5,50%	dezembro/2006	2,74%
julho/2006	5,04%	janeiro/2007	2,28%
agosto/2006	4,58%	fevereiro/2007	1,82%
setembro/2006	4,12%	março/2007	1,36%
outubro/2006	3,66%	abril/2007	0,90%
novembro/2006	3,20%	maio/2007	0,44%

Parágrafo terceiro. As diferenças apuradas na aplicação do reajuste tratado no parágrafo anterior, ou seja, dos meses de junho e julho/2007 serão pagas na folha de pagamento do mês de agosto/2007, juntamente com o salário do mês de agosto já devidamente reajustado de acordo com a progressão prevista nos parágrafos segundo e terceiro. Havendo rescisão contratual antes do pagamento integral destas diferenças salariais, as parcelas ainda não pagas serão quitadas no ato do pagamento das verbas rescisórias.

Parágrafo quarto. As empresas que já elaboraram a folha de pagamento do mês de agosto/2007, antes da assinatura da presente Convenção e sem a aplicação dos reajustes convencionados, pagarão todas as diferenças salariais apuradas na folha de pagamento do mês de setembro/2007, juntamente com o salário do mês já devidamente reajustado.

Cláusula 3ª - DOS PISOS SALARIAIS. A partir da vigência da presente Convenção, as empresas pagarão aos seus empregados abrangidos, pisos salariais, já reajustados, de acordo com as seguintes disposições:

I – para os empregados admitidos antes de 1º de junho de 2007:

a) R\$ 407,00, para os exercentes das funções de office-boy, pacoteiro e serviço de limpeza;

b) R\$ 459,00, para os demais empregados abrangidos;

c) R\$ 523,00, como garantia dos comissionistas, caso as comissões devidas não atinjam tal valor.

II – para os empregados admitidos a partir de 1º de junho de 2007, limitado a 150 (cento e cinquenta) dias da contratação:

a) R\$ 381,00, para os empregados que exerçam as funções de office-boy, pacoteiro e serviço de limpeza;





b) R\$ 424,00, para os demais empregados contratados e abrangidos;

c) R\$ 488,00, como garantia dos comissionistas, desde que suas comissões não atinjam esse valor.

Parágrafo primeiro. Após o limite de 150 (cento e cinquenta) dias da contratação, o empregado abrangido no inciso II, passará a perceber os pisos previstos no inciso I.

Parágrafo segundo. Para os 'empregados iniciantes', considerados como tais os iniciantes ao mercado de trabalho, fica estipulado o salário mínimo do governo federal, até o limite de 90 (noventa) dias da contratação.

Parágrafo terceiro. As diferenças apuradas na aplicação do reajuste tratado nesta cláusula, devidas nos meses junho e julho/2007 serão pagas na folha de pagamento do mês de agosto/2007, juntamente com o salário do mês de agosto já devidamente reajustado de acordo com a progressão prevista. Havendo rescisão contratual antes do pagamento integral destas diferenças salariais, as parcelas ainda não pagas serão quitadas no ato do pagamento das verbas rescisórias.

Parágrafo quarto. As empresas que já elaboraram a folha de pagamento do mês de agosto/2007, antes da assinatura da presente e sem a aplicação dos reajustes convencionados, pagarão todas as diferenças salariais apuradas na folha de pagamento do mês de setembro/2007, juntamente com o salário do mês já devidamente reajustado.

Parágrafo quinto. Fica permitida a contratação, mediante acordo firmado com a chancela do SINCOMAR, de empregado com salário proporcional para o exercício da função de 'folguista de vigia', considerando como tal o vigia que trabalha unicamente cobrindo as folgas do vigia titular, cuja jornada máxima semanal não excederá de 22h00 (vinte e duas horas), observada a jornada máxima diária de 8h00 (oito horas), mediante salário proporcional ao piso da categoria, estipulado nos incisos I e II, alínea "b", desta cláusula, quanto às horas efetivamente trabalhadas.

Parágrafo sexto. Caso o valor do salário mínimo governamental ultrapasse o importe do piso salarial da categoria, as empresas garantirão aos seus empregados, a título de antecipação, o salário mínimo governamental acrescido de 10% (dez por cento).

Cláusula 4ª - DA MÉDIA DOS COMISSIONISTAS. A parte variável do salário dos comissionistas para fins de cálculo das férias, décimo terceiro e verbas rescisórias, será considerada a média das comissões percebidas nos últimos 12 (doze) meses, corrigindo-se mês a mês os valores das referidas comissões, pelos índices do INPC (IBGE), de acordo com a tabela oficial, ou outro que vier substituí-lo, mantendo o valor real da comissão do último mês (ou seja, a comissão do último mês não precisa ser corrigida).

Parágrafo primeiro. A correção prevista no *caput* desta cláusula, para fins de cálculo de verbas rescisórias, não incidirá nos meses em que o empregado comissionista tiver recebido a garantia mínima prevista na cláusula 3ª, incisos I e II, alínea "e", mantendo o valor real da garantia mínima convencional.

Parágrafo segundo. No cálculo das férias e verbas rescisórias será considerada a média das comissões atualizadas como exposto no *caput*, observando-se os 12 (doze) meses anteriores ao período de fruição ou pagamento.

Parágrafo terceiro. No cálculo do 13º salário será considerada a média das comissões, atualizadas, no ano de referência.

Cláusula 5ª - DA GESTANTE COMISSIONISTA. Para fins de atualização e pagamento dos salários correspondentes ao período de licença-maternidade, ou indenização pela estabilidade da gestante comissionista, será observada a média das comissões dos 12 (doze) últimos meses, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 6ª - RELAÇÃO DE VENDAS. As empresas deverão fornecer ao empregado comissionista o valor total das vendas efetuadas no mês, para comprovação da base de cálculo das comissões, repouso semanal, FGTS e contribuições previdenciárias.

Cláusula 7ª - FATURAMENTO. As comissões reputam-se integralmente devidas na data do faturamento, independentemente de eventual prazo ou parcelamento no recebimento por parte do empregador.

Cláusula 8ª - DO PAGAMENTO DE COMISSÕES. Quando a empresa proceder vendas no sistema direto, pela diretoria e sem a intermediação de seus vendedores, deverá pagar-lhes as comissões correspondentes, quando o empregado tiver exclusividade prevista expressamente no contrato de trabalho, de área, setor ou produto, ou rateá-las entre os vendedores caso inexista exclusividade, desde que tenha sido contactado por algum vendedor.





Cláusula 9ª - DO REPOUSO SEMANAL DO COMISSIONISTA. Na forma da Lei n.º 605/1949, fica vedada a inclusão da parcela correspondente ao RSR nos percentuais de comissão, ficando ajustado que o cálculo do RSR será feito, dividindo-se o valor das comissões pelo número de dias efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente.

Cláusula 10 - DA COMISSÃO DE COBRANÇA. As empresas assegurarão aos vendedores as comissões sobre as cobranças que realizarem, no percentual de 2% (dois por cento), respeitadas as taxas já em vigor para os que já percebem, desde que o contrato não estipule a obrigatoriedade de cobrança.

Cláusula 11 - DA CONFERÊNCIA DE CAIXA. A conferência de caixa será feita na presença do operador responsável. Estando este impedido de acompanhar a conferência, designará preposto para a execução da tarefa, caso contrário o empregado não terá responsabilidade pelos erros verificados, salvo recusa injustificada à conferência. No caso de impossibilidade por doença ou força maior, a conferência deverá ser feita na presença de um outro operador de caixa e do gerente ou preposto da empresa.

Cláusula 12 - DA DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS DE CRÉDITO. Os cheques e cartões de créditos devolvidos a qualquer título, não serão descontados do empregado, desde que obedecidas as normas da empresa, comunicadas previamente por escrito ao empregado.

Cláusula 13 - DA QUEBRA DE CAIXA. Aos empregados que exerçam a função de caixa ou serviços assemelhados, haverá adicional mensal de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado, a título de “quebra de caixa”, sem incorporação ao salário, cujo pagamento somente será devido se a empresa efetuar desconto das diferenças de caixa em folha de pagamento, constando expressamente a este título.

Cláusula 14 - DO ADIANTAMENTO QUINZENAL DE SALÁRIO. As empresas fornecerão adiantamento salarial aos empregados, no importe equivalente a 40% (quarenta por cento) do salário, até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do pagamento mensal de salários, mediante solicitação do empregado demonstrando a sua necessidade básica, na forma do art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, ou desde que convenionado entre as partes.

Cláusula 15 - DA MULTA PELO ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO. Fica estabelecida multa de 5% (cinco por cento) sobre o saldo salarial, na hipótese de atraso nos primeiros 30 (trinta) dias, e 10% (dez por cento) a partir do 31º dia.

Cláusula 16 - DAS DIFERENÇAS SALARIAIS. As diferenças de salários, férias e trezeno, ressalvada as rescisórias, deverão ser quitadas até o 5º (quinto) dia útil após a efetiva publicação oficial do índice de correção salarial, ou da celebração de Termo Aditivo.

Cláusula 17 - DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO. O empregador ficará obrigado a fornecer ao empregado os comprovantes de pagamento discriminando a relação das verbas relativas aos seus ganhos e os respectivos descontos efetuados, inclusive FGTS, dentro do prazo legal.

Cláusula 18 - DO REFEITÓRIO. Os empregadores permitirão aos seus empregados, nos períodos de refeições e descanso, a permanência no recinto do estabelecimento, devendo manter local adequado para tal.

Parágrafo único. O trabalho prestado pelo empregado comissionista no horário destinado a descanso e alimentação não será remunerado com o adicional de horas extras, salvo a hipótese do empregador exigir o trabalho do mesmo.

Cláusula 19 - DOS ASSENTOS. As empresas colocarão, quando houver disponibilidade de espaço físico, à disposição de seus empregados, nos locais de trabalho e para que possam ser utilizados nas pausas verificadas na atividade e nos intervalos de atendimento, assentos adequados, observadas as disposições da NR-17.

Cláusula 20 - DO UNIFORME. O empregador obriga-se a fornecer uniforme, gratuitamente, quando exigido o seu uso.

Cláusula 21 - DO ABONO DE FALTAS ÀS MÃES. As mulheres terão abonadas as suas faltas para acompanhamento de enfermidade ou tratamento à saúde de seus filhos menores, comprovados por atestado médico, limitado a 20 (vinte) dias na vigência da presente Convenção.

Cláusula 22 - DA AMAMENTAÇÃO. As empresas concederão às empregadas que estiverem em período de amamentação, licença de 30 (trinta) minutos em cada período de trabalho, sem prejuízo de seus vencimentos, até o período de 06 (seis) meses.

Cláusula 23 - DO ABONO DE FALTAS EM VIRTUDE DE FALECIMENTO E CASAMENTO. Fica estabelecido a concessão de 03 (três) dias de afastamento no caso de falecimento de ascendentes, descendentes ou cônjuge, e, de 05 (cinco) dias corridos de licença para casamento.





Parágrafo quinto. Será pago descanso semanal remunerado sobre as horas extras habituais, sendo dividido o número de horas extras pelos dias úteis e multiplicado pelo número de domingos e feriados no mês.

Cláusula 40 - DO TRABALHO APÓS AS 19h00/REFEIÇÕES. Os empregados que trabalharem em regime extraordinário após as 19h00 (dezenove horas), assim como durante o período natalino e nas ocasiões especiais, inclusive balanços, farão jus a uma refeição tipo marmitex, acompanhada de um refrigerante, fornecida pelo empregador, ou o valor em dinheiro equivalente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do importe do piso salarial, para cada jornada de trabalho extraordinária, sem incorporação ao salário.

Parágrafo primeiro. Fica concedida uma tolerância de 00h30 (trinta minutos) para quem trabalhar em regime extraordinário, na execução de serviços inadiáveis, após as 19h00 (dezenove horas), ou seja, até as 19h30 (dezenove horas e trinta minutos). Neste caso, não será devida refeição e refrigerante nem o valor em dinheiro equivalente, previstos no *caput* desta cláusula.

Parágrafo segundo. Não se aplica o disposto nesta cláusula ao segmento de supermercados, em razão de previsão específica na cláusula 41.

Cláusula 41 - DO TRABALHO APÓS AS 20h00/REFEIÇÕES OU LANCHES EQUIVALENTES PARA O SEGMENTO SUPERMERCADISTA. Os empregados da categoria de supermercados que trabalharem em regime extraordinário após as 20h00 (vinte horas), assim como durante o período natalino e nas ocasiões especiais, inclusive balanços, farão jus a uma refeição tipo marmitex ou lanche equivalente, acompanhada de um refrigerante, fornecida pelo empregador, ou o valor em dinheiro equivalente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do importe do piso salarial, para cada jornada de trabalho extraordinária, sem incorporação ao salário. No caso da empresa já ter fornecido marmitex ou lanche equivalente, acompanhado de um refrigerante, após as 17h00 (dezesete horas), entende-se por cumprida esta obrigatoriedade.

Cláusula 42 - DA PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO MÊS DE DEZEMBRO. As empresas poderão prorrogar a jornada de trabalho no comércio, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2007 (quinta e sexta-feira) até as 21h00 (vinte e uma horas), e no período compreendido entre os dias 10 e 21 de dezembro de 2007, até as 22h00 (vinte e duas horas), de segunda a sexta-feira, e, nos dias 08, 15, e 22/12/2007 (sábados), até as 18h00 (dezoito horas).

Parágrafo primeiro. Facultativamente as empresas poderão utilizar-se da mão-de-obra de seus empregados, considerando como jornada normal de trabalho das 9h00 (nove horas) as 19h00 (dezenove horas).

Parágrafo segundo. No domingo, dia 23/12/2007, que antecede o Natal, a jornada de trabalho será das 9h00 (nove horas) as 17h00 (dezesete horas), apenas para supermercados, sendo que as horas extraordinárias efetivamente realizadas nesse dia serão compensadas na forma do disposto no parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo terceiro. No domingo, dia 23/12/2007, que antecede o Natal, a jornada de trabalho será das 13h00 (treze horas) as 19h00 (dezenove horas), apenas para empresas do comércio varejista em geral, sendo que as horas extraordinárias efetivamente realizadas nesse dia serão compensadas na forma do disposto no parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo quarto. Face ao trabalho no dia 23 de dezembro, domingo, descritos nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula, a compensação da jornada extraordinária será feita da seguinte forma:

- a) O repouso semanal remunerado será fruído na forma legal, ou seja, não poderá exceder o período máximo de 07 (sete) dias.
- b) Para o comércio varejista em geral, o labor nos dias 26/12/2007 e 06/02/2008 (quarta-feira de cinzas) iniciar-se-á as 12h00 (doze horas) e não haverá jornada de trabalho no dia 05/02/2008, terça-feira de carnaval.
- c) Para o segmento supermercadista, o trabalho nos dias 26/12/2007 e 02/01/2008, iniciar-se-á as 12h00 (doze horas), igualmente sem jornada de trabalho no dia 05/02/2008, terça-feira de carnaval, sendo que na quarta-feira de cinzas (06/02/2008), o trabalho iniciar-se-á às 08h00 (oito horas).
- d) Na forma estabelecida nas alíneas “a”, “b” e “c”, pelo trabalho em jornada extraordinária no dia 23/12/2007, domingo, descritos nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula não haverá pagamento de hora extra nem de adicional, pelo fato das horas efetivamente laboradas serem integralmente compensadas nos dias mencionados.





- e) Fica ressalvado que a empresa que não se utilizar da mão-de-obra de seus empregados no dia 23 de dezembro, domingo, como descrito nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula, não precisará obedecer a compensação estabelecida nas alíneas “a”, “b” e “c”.

Parágrafo quinto. Em razão do trabalho no dia 23/12/2007, domingo, os supermercados fornecerão aos seus empregados uma refeição tipo marmitex ou lanche equivalente, acompanhado de um refrigerante, ou intervalo legal para que os empregados façam sua refeição em casa.

Parágrafo sexto. Pelo descumprimento desta cláusula, ficam os infratores obrigados ao pagamento de multa igual a 20% (vinte por cento) do menor piso salarial, que reverterá em favor do empregado prejudicado. Tal penalidade caberá por infração e por empregado prejudicado com eventual infringência.

Cláusula 43 - DA PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NOS SÁBADOS. Ficam estabelecidos os seguintes critérios para as empresas que quiserem prorrogar a jornada de trabalho nos sábados até as 18h00 (dezoito horas).

Parágrafo primeiro. Para as empresas que optarem por prorrogar a jornada de trabalho apenas nos dois primeiros sábados de cada mês, até as 18h00 (dezoito horas), fica mantida a redação das Convenções Coletivas anteriores, qual seja:

- a) As empresas poderão prorrogar a jornada de trabalho até as 18h00 (dezoito horas), nos seguintes sábados: 25/08/2007, 01 e 08/09/2007, 06 e 13/10/2007, 03 e 10/11/2007, 01/12/2007, 05 e 12/01/2008, 02 e 09/02/2008, 01 e 08/03/2008, 05 e 12/04/2008, 03 e 17/05/2008.
- b) A jornada extraordinária efetivamente trabalhada nos sábados descritos nesta cláusula poderá ser compensada integralmente, observando-se o limite de 24h00 (vinte e quatro horas) mensais, previsto na cláusula 38, letra “b”, ou paga integralmente como extra, de acordo com a cláusula 39 deste Instrumento.
- c) A jornada extraordinária e efetivamente trabalhada, no dia 22/03/2008, sábado véspera da Páscoa, deverá ser paga com adicional de 80% (oitenta por cento) do valor da hora normal, sendo que os comissionistas farão jus somente ao adicional das horas extras prestadas, considerando que as mesmas já estão remuneradas pelas comissões de suas vendas, exceto as horas prestadas quando da realização de outras tarefas, que não vendas.

Parágrafo segundo. Para as empresas que optarem por prorrogar a jornada de trabalho em todos os sábados do mês, até as 18h00 (dezoito horas), deverão observar os seguintes critérios:

- a) Os empregados trabalharão em jornada extraordinária de forma intercalada no período vespertino, ou seja, para os que trabalharem no 1º (primeiro) sábado, não poderão trabalhar no sábado seguinte em regime de prorrogação de jornada de trabalho, podendo estes apenas trabalhar novamente no 3º sábado, também em jornada extraordinária, sendo que os empregados que não trabalharem no 1º sábado, em jornada extraordinária, poderão trabalhar no 2º (segundo) sábado em regime de prorrogação de jornada de trabalho, e assim, sucessivamente.
- b) A jornada extraordinária efetivamente trabalhada nos dois primeiros sábados descritos nesta cláusula poderá ser compensada integralmente, observando-se o limite de 24 (vinte e quatro) horas mensais, previsto na cláusula 38, letra “b”, ou paga integralmente como extra, de acordo com a cláusula 39 deste Instrumento.
- c) A jornada extraordinária efetivamente trabalhada nos demais sábados do mês, ou seja, no 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) sábados dos meses, como previsto nesta cláusula, deverá ser paga com adicional de 70% (setenta por cento) do valor da hora normal, sendo que os comissionistas farão jus somente ao adicional das horas extras prestadas, considerando que as mesmas já estão remuneradas pelas comissões de suas vendas, exceto as horas prestadas quando da realização de outras tarefas, que não vendas.
- d) Não se aplicam as previsões desta cláusula, quanto à jornada extraordinária e sua forma de pagamento, bem como a multa específica, para a categoria dos supermercados, mercados, hipermercados ou similares.
- e) As empresas que optarem pelo funcionamento conforme disposto no parágrafo segundo, poderão contratar empregados em regime parcial, inclusive com o pagamento apenas das horas trabalhadas.
- f) As empresas que optarem por trabalhar nos sábados à tarde em regime de prorrogação de jornada de trabalho, conforme parágrafo segundo, poderão, excepcionalmente, se utilizar de todos os seus empregados, em regime de jornada extraordinária, no dia 22/03/08, véspera da Páscoa, sendo que a jornada extraordinária efetivamente trabalhada deverá ser paga com adicional de 80% (oitenta por cento) do valor da hora normal, sendo que os comissionistas farão jus somente ao adicional das





horas extras prestadas, considerando que as mesmas já estão remuneradas pelas comissões de suas vendas, exceto as horas prestadas quando da realização de outras tarefas, que não vendas.

Parágrafo terceiro. Pelo descumprimento das disposições negociadas supra, ficam os infratores obrigados ao pagamento de multa igual a R\$ 100,00 (cem reais), que reverterá 50% (cinquenta por cento) em favor do empregado prejudicado, e 50% (cinquenta por cento) para a Entidade Profissional. Tal penalidade caberá por ocasião e por empregado prejudicado com eventual infringência.

Parágrafo quarto. Fica ressalvado que os empregados que não estiverem escalados para trabalhar em jornada extraordinária no período vespertino dos sábados poderão extrapolar a jornada normal em até no máximo uma hora extra sem a incidência da penalidade prevista no parágrafo terceiro. Excedendo esse limite, além do pagamento da hora extraordinária, haverá a incidência da multa convencional supracitada.

Cláusula 44 - DO TRABALHO EM DOMINGOS E/OU OCASIÕES ESPECIAIS. Ficam assegurados 02 (dois) domingos para promoção a ser realizada pela Entidade Patronal, com o horário das 09h00 (nove horas) as 16h00 (dezesseis horas) para o segmento supermercadista, e das 13h00 (treze horas) as 19h00 (dezenove horas) para as demais empresas do comércio varejista, em data a ser definida, compensando-se a metade das horas trabalhadas, na semana subsequente, e, a outra metade, mediante pagamento das horas com adicional de 70% (setenta por cento).

Parágrafo primeiro. Em razão do trabalho tratado no parágrafo anterior os supermercados fornecerão aos seus empregados uma refeição tipo marmitex ou lanche equivalente, acompanhado de um refrigerante, ou concessão de um intervalo de 02h00 (duas horas) para que o empregado possa fazer sua refeição em casa.

Parágrafo segundo. Fica assegurado que as empresas que possuem matriz e/ou filial(s) em outras cidades, e que dependam do funcionamento do estabelecimento em Maringá, poderão nos feriados municipais utilizarem-se da mão-de-obra de seus empregados para trabalharem nos depósitos e em outras atividades internas necessárias para o atendimento de suas lojas em outras cidades. A jornada efetivamente trabalhada nestes dias será paga como hora extraordinária acrescida do adicional de 100% (cem por cento) do valor da hora normal, não havendo folga ou compensação em outro dia. Os comissionistas farão jus apenas ao adicional das horas extras, conforme cláusula 39, parágrafo segundo deste Instrumento.

Parágrafo terceiro. Assegura-se às empresas a possibilidade de utilização da mão-de-obra de seus empregados para trabalharem em horário diferenciado, com início as 05h00 (cinco horas), em um dia para a realização de promoção especial, com data a ser definida em Termo Aditivo à presente Convenção Coletiva de Trabalho, respeitando-se a jornada máxima legal de 08h00 (oito horas) diárias.

Parágrafo quarto. Ante a prorrogação da jornada de trabalho até as 18h00 (dezoito horas), as empresas deverão conceder intervalo para refeição de no mínimo de uma hora, e em caso de fornecimento de refeição pelo empregador para o labor extraordinário neste dia, esta não terá natureza salarial.

Cláusula 45 - DA JORNADA DE TRABALHO NO DIA 10/MAIO - ANIVERSÁRIO DE MARINGÁ. Sempre que o dia 10 de maio (aniversário de Maringá), recair de terça-feira a sábado, o trabalho nesse dia dar-se-á de forma regular, sendo o gozo do feriado transferido para a segunda-feira posterior ao domingo comemorativo ao dia das mães.

Cláusula 46 - DOS INTERVALOS. Os intervalos de 00h15 (quinze minutos) para lanches serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado.

Cláusula 47 - DA PRORROGAÇÃO DA JORNADA DO ESTUDANTE. Fica vedada às empresas a prorrogação de horário de trabalho dos empregados estudantes que comprovem a sua situação escolar, e desde que coincida com o horário de aula, ficando, contudo, a critério do empregado, a opção ou não pela prorrogação.

Cláusula 48 - DO REPOUSO SEMANAL. O repouso semanal, devidamente remunerado, será fruído aos domingos. Nas atividades que por natureza exijam o trabalho nos domingos, será garantido aos empregados o repouso em no mínimo 02 (dois) domingos no mês.

Cláusula 49 - DO PAGAMENTO DO TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS. Quando do trabalho em domingos e feriados, estes dias serão remunerados com adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo do pagamento do repouso semanal remunerado.

Cláusula 50 - DO ADICIONAL NOTURNO. O trabalho noturno, como definido em lei, será pago com adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal.

Cláusula 51 - DA REPOSIÇÃO, DECORAÇÃO E BALANÇO. O trabalho em reposição ou balanço de estoques, organização ou decoração de stands, setores ou do estabelecimento será desenvolvido de preferência após o horário de atendimento ao público. Não sendo possível, a remuneração das horas

Coy



ST. MARIA





correspondentes a esse trabalho será calculada e paga pela média das comissões auferidas durante os 06 (seis) meses anteriores.

Cláusula 52 - DO VALE-TRANSPORTE. As empresas concederão o vale-transporte aos empregados que os utilizarem, em valor mensal nunca superior ao oficialmente cobrado pelas empresas transportadoras, pelo número de deslocamentos diários multiplicado pelo número de dias úteis trabalhados no mês, ou ainda, para o trabalho em dias extraordinários.

Parágrafo único. Fica o empregador desobrigado do fornecimento do vale-transporte quando o empregado dispensá-lo por escrito, sendo que a qualquer momento o empregado poderá reverter a situação anterior de dispensa.

Cláusula 53 - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Fica estabelecido os índices de insalubridade nos percentuais de 15% (quinze por cento), 25% (vinte e cinco por cento) e 40% (quarenta por cento), respectivamente para os graus mínimo, médio e máximo, quando assim comprovar a perícia.

Cláusula 54 - DO AVISO PRÉVIO. O aviso prévio dado pelo empregador ao empregado será: **a)** de 30 (trinta) dias para o empregado com até 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa; **b)** de 45 (quarenta e cinco) dias para o empregado com mais de 05 (cinco) anos até 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa; **c)** de 60 (sessenta) dias para o empregado com mais de 10 (dez) anos até 15 (quinze) anos de serviço na mesma empresa; **d)** de 75 (setenta e cinco) dias para o empregado com mais de 15 (quinze) anos até 20 (vinte) anos de serviço na mesma empresa; **e)** de 90 (noventa dias) para o empregado com mais de 20 (vinte) anos até 25 (vinte e cinco) anos de serviço na mesma empresa; **f)** de 105 (cento e cinco) dias para o empregado com mais de 25 (vinte e cinco) anos até 30 (trinta) anos de serviço na mesma empresa; e, **g)** de 120 (cento e vinte) dias para o empregado com mais de 30 (trinta) anos de serviço na mesma empresa.

Parágrafo primeiro. O empregado despedido sem justa causa, que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio, poderá liberar-se de cumpri-lo, desde que solicite por escrito justificando o pedido, percebendo os salários dos dias trabalhados no período, devendo o empregador proceder ao acerto final em até 10 (dez) dias a partir do desligamento.

Parágrafo segundo. Fica isenta a empresa da penalidade prevista no artigo 9º das Leis n.º 6.708/1979 e 7.238/1984, quando o vencimento do aviso prévio, superior a 30 (trinta) dias dado na forma desta cláusula, ocorrer dentro do período de trinta dias antecedentes à data-base.

Cláusula 55 - DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA. Fica mantida a Câmara de Conciliação Trabalhista, conforme estabelece a Lei n.º 9.958 de 12 de janeiro de 2000, órgão plurisindical, sem personalidade jurídica própria e sem fins lucrativos, com o objetivo de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho que envolvem os integrantes da categoria profissional do Sindicato dos Empregados no Comércio de Maringá – SINCOMAR, e os integrantes da categoria econômica do Sindicato do Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região – SIVAMAR.

Parágrafo primeiro. A presente Câmara, teve início no mês de agosto de 2000, sendo composta paritariamente, por 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) suplentes.

Parágrafo segundo. As normas de funcionamento dessa Câmara estão estabelecidas no Regulamento Interno, devidamente assinado pelos Presidentes das Entidades Sindicais Convenientes, e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, sob o n.º 240695, em 28 de junho de 2000, o qual passa a ser parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Cláusula 56 - DA DECLARAÇÃO DE JUSTA CAUSA. O empregador deverá entregar ao empregado despedido por justa causa, declaração do motivo determinante, sob pena de presunção de injusta despedida, sendo vedada qualquer tipo de anotação a tal título na CTPS do empregado.

Cláusula 57 - DA QUITAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. As empresas deverão pagar as verbas rescisórias e dar baixa na CTPS do empregado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, quando a rescisão for imediata, e, no prazo de 24h00 (vinte e quatro horas), em havendo cumprimento de aviso prévio, sob pena de pagamento de salários até a data do efetivo acerto de contas, sendo computado tal prazo como tempo de serviço para todos os efeitos, além da multa prevista no artigo 477, § 8º, da CLT.

Parágrafo primeiro. Quando tratar-se de empregado comissionista, deverá constar no verso da rescisão a relação mês a mês das comissões auferidas com os respectivos índices das correções.

Parágrafo segundo. O empregador terá o prazo de 05 (cinco) dias para proceder à rescisão complementar, contados da publicação pelo Governo Federal do índice oficial de reajuste, ou da celebração da CCT, ou Termo Aditivo, que vier a corrigir o salário.

Coop



Parágrafo terceiro. As rescisões de contrato de trabalho poderão ser pagas no ato da homologação, em dinheiro ou em cheque visado ou administrativo, ou ainda através de depósito bancário com a efetiva comprovação documental do crédito em conta, somente de segunda à quinta-feira. Na sexta-feira e véspera de feriados os pagamentos somente serão aceitos em dinheiro ou cheque visado. Aos analfabetos os pagamentos só poderão ser efetuados em dinheiro, conforme dispõe o artigo 477, § 4º, da CLT.

Parágrafo quarto. A empresa deverá também apresentar no ato da homologação, os comprovantes de recolhimento do FGTS dos últimos 06 (seis) meses.

Cláusula 58 - DO PAGAMENTO CORRIGIDO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. Para o pagamento das verbas rescisórias dos empregados que percebam de salário o importe equivalente ao piso salarial da categoria, o valor deste deverá ser corrigido pela aplicação do INPC/IBGE acumulado entre a última data-base da categoria e o mês do desligamento. Na hipótese de extinção do INPC, adotar-se-á o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-los.

Parágrafo único. Aos comissionistas aplicar-se-á o disposto na cláusula 4ª e parágrafos.

Cláusula 59 - DO ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS. Fica o empregador obrigado a fornecer atestado de afastamento e salários ao empregado demitido ou dispensado.

Cláusula 60 - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO. Toda rescisão contratual, a partir de 12 (doze) meses de serviço, será homologada na Entidade Sindical dos empregados. Em havendo contrariedades comprovadas será homologada pelo órgão do Ministério do Trabalho.

Cláusula 61 - DA TAXA DE REVERSÃO SALARIAL. Por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da categoria profissional comerciária, para a qual todos os integrantes foram formalmente convocados, inclusive para manifestarem oposição, face à decisão do E. STF - processo RE nº 220700-1 - RS, restou deliberado à cobrança da taxa de contribuição assistencial - reversão salarial - de todos os integrantes da categoria, em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MARINGÁ, independentemente de filiação ou não, considerando a condição de todos serem representados por este ente sindical e beneficiários das disposições constantes na presente Convenção Coletiva de Trabalho, no percentual único de 8% (oito por cento) da remuneração "per capita", sendo que o valor do desconto não poderá ser maior que R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por empregado e deverá ser procedido pelo empregador na folha de pagamento do mês de agosto/2007 e recolhido ao Sindicato Profissional até o dia 10/setembro/2007.

Parágrafo primeiro. Em caso de não recolhimento até a data aprazada, o empregador arcará com o ônus, acrescido da multa no importe de 10% (dez por cento) para pagamento até o 30º dia após o vencimento, e após, multa de 100% (cem por cento), acrescido ainda de correção monetária, bem como juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, que reverterá em favor da entidade sindical obreira.

Parágrafo segundo. Será obrigatório o desconto da taxa de reversão dos novos empregados admitidos na empresa a partir de 1º/junho/2007 até 31/dezembro/2007, nos mesmos moldes desta cláusula, desde que não tenha recolhido no emprego anterior, devendo ser descontada no mês da admissão e recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Parágrafo terceiro. Caso o mês de admissão não for trabalhado integralmente, a empresa deverá efetuar o desconto no mês posterior ao da admissão e recolher até o décimo dia do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo quarto. Nos casos em que não tenha havido o recolhimento da reversão salarial por ocasião do pagamento das verbas rescisórias, face o atraso no fechamento da presente convenção coletiva de trabalho, a reversão salarial integral deverá ser recolhida no ato do pagamento do complemento da rescisão, observando-se a base remuneratória do empregado e o percentual de 8% (oito por cento).

Cláusula 62 - DA LICENÇA DE DIRIGENTE SINDICAL. As empresas concederão licença não remunerada ao empregado Dirigente Sindical que não esteja licenciado a serviço da Entidade, para participar de eventos, reuniões, conferências, congressos, simpósios, cursos, representando e no interesse da categoria profissional, desde que seja solicitada com antecedência de 10 (dez) dias e não superior a 10 (dez) dias por ano.

Cláusula 63 - DA REVERSÃO PATRONAL / MENSALIDADE SOCIAL. As empresas, pertencentes à representatividade do Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região – SIVAMAR, recolherão a MENSALIDADE SOCIAL (filiados)/REVERSÃO PATRONAL (representados), conforme segue tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	MENSALIDADE SOCIAL	VENCIMENTO
00 a 02 funcionários	R\$ 26,00	Todo dia 20 de cada mês

Coop



03 a 07 funcionários	R\$ 50,00	Todo dia 20 de cada mês
08 a 15 funcionários	R\$ 95,00	Todo dia 20 de cada mês
16 a 25 funcionários	R\$ 189,50	Todo dia 20 de cada mês
26 a 50 funcionários	R\$ 283,50	Todo dia 20 de cada mês
Acima de 51 funcionários	R\$ 372,50	Todo dia 20 de cada mês

Parágrafo primeiro. O pagamento da mensalidade, deverá ser efetuado por estabelecimento comercial, em parcelas mensais todo dia 20 (vinte) de cada mês, através de instituição financeira ou diretamente na tesouraria do SIVAMAR, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo segundo. As empresas representadas pela Entidade Patronal pagarão a Reversão Patronal nos meses de outubro de 2007 e abril de 2008, conforme tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR DA PARCELA	VENCIMENTO
00 a 02 funcionários	R\$ 202,00	10/10/07 e 10/04/08
03 a 07 funcionários	R\$ 386,00	10/10/07 e 10/04/08
08 a 15 funcionários	R\$ 754,00	10/10/07 e 10/04/08
16 a 25 funcionários	R\$ 1.489,50	10/10/07 e 10/04/08
26 a 50 funcionários	R\$ 2.235,50	10/10/07 e 10/04/08
Acima de 51 funcionários	R\$ 2.979,00	10/10/07 e 10/04/08

Parágrafo terceiro. Quando houver dúvida quanto à classificação das empresas, no ato do recolhimento ou no momento da verificação das guias, o Sindicato poderá exigir a devida comprovação da classificação apresentada.

Parágrafo quarto. Após o vencimento os valores serão corrigidos com multa moratória de 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Cláusula 64 - DA RAIS. As empresas se obrigam a encaminhar à Entidade Sindical dos trabalhadores, uma cópia de sua RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, na mesma ocasião em que façam a entrega das demais aos órgãos oficiais competentes.

Cláusula 65 - DA RELAÇÃO NOMINAL DOS EMPREGADOS. As empresas encaminharão à Entidade Profissional cópia das guias de Contribuição Sindical, Confederativa e Assistencial devidamente quitadas, com a relação nominal dos empregados e respectivos salários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recolhimento.

Cláusula 66 - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. As empresas se obrigam a descontar e recolher a Contribuição Confederativa prevista no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, desde que haja sido criada através da competente Assembléia Geral do Sindicato interessado, com notificação expressa ao empregador.

Cláusula 67 - DO ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL. Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas durante o horário normal de expediente devidamente credenciados, para desempenho de suas funções, mediante comunicação à direção da empresa, sendo vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva à empresa.

Cláusula 68 - DAS PENALIDADES. Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, ficam os infratores obrigados ao pagamento de multa igual a 20% (vinte por cento) do menor piso salarial, que reverterá em favor do empregado prejudicado. Tal penalidade caberá por infração e por empregado prejudicado com eventual infringência, não se aplicando às cláusulas que já possuem disposição prevendo penalidade específica.

Parágrafo primeiro. Não se aplica o *caput* desta cláusula aos supermercados que se utilizaram do trabalho de seus empregados em domingos durante o processo de negociação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, face à vacância havida entre 1º/junho/2007 e a data da assinatura do presente instrumento coletivo.

Parágrafo segundo. Caso essas empresas prossigam com a adoção do trabalho de seus empregados em domingos, excluindo-se aqueles domingos já negociados no presente instrumento (cláusulas 42 e 44) será devida a multa convencional respectiva desde o início de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a qual será devida por infração, por ocasião e por empregado.





Cláusula 69 - DA VIGÊNCIA. A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorará por 12 (doze) meses, com termo inicial em 1º de junho de 2007, e termo final em 31 de maio de 2008, tanto para as cláusulas sociais como para as econômicas.

Cláusula 70 - DA RENEGOCIAÇÃO. Ocorrendo alterações substanciais nas condições de trabalho aqui negociadas, a qualquer título, haverá entre as partes renegociação e revisão do presente Instrumento.

Cláusula 71 - DO FORO COMPETENTE. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as partes elegem em comum acordo o foro trabalhista da Jurisdição de Maringá-PR., em suas respectivas jurisdições, com renúncia expressa aos demais por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais e necessários.

Maringá, 24 de agosto de 2007.

Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio
Varejista de Maringá e Região
Adilson Emir Santos
Presidente
CPF n. 443.036.539-34
RG n. 1.097.528-0



Sindicato dos Empregados do
Comércio de Maringá
Leocides Fornazza
Presidente
CPF n. 445.296.519-91
RG n. 3.430.064-0

MINISTÉRIO DO TRABALHO - EMPREGO

Subdelegacia Regional do Trabalho de Maringá nos termos do art. 614 da C.L.T., o presente Instrumento Coletivo de Trabalho foi recebido para fins exclusivamente administrativos, não tendo sido apreciado o mérito.

Maringá, 24 de AGOSTO de 2007

José Nicácio dos Santos
Chefe da Seção de
Relações do Trabalho
0256052

